

# MUDANÇA NO PADRÃO REGIONAL BRASILEIRO: determinantes e implicações

Clélio Campolina Diniz,\* Maurício Borges Lemos \*

A ocupação e o desenvolvimento econômico brasileiro se fizeram com descontinuidades temporais e geográficas ao longo de sua história. O açúcar no Nordeste no século XVI e XVII; o ouro em Minas Gerais, com extensões para Goiás e Mato Grosso, no século XVIII; o algodão no Maranhão, no século XIX; a pecuária nas terras do "hinterland" e no Sul do país, desde o início da colonização, mas com ritmos e sentidos diferentes ao longo do tempo; a madeira e o mate no Paraná e no Centro-Oeste; o café no leste brasileiro no século XIX; a borracha na região amazônica no final do século XIX, para citar apenas os exemplos mais marcantes. Essas atividades, à exceção da pecuária, destinavam-se à exportação e, portanto, o dinamismo da produção dependia não só das condições locais de produção, mas antes de tudo das condições do mercado internacional e da posição do Brasil em relação a outras regiões produtoras.\*\*

Assim, não se formou um espaço econômico unificado. Pelo contrário, o espaço geográfico nacional se caracterizou por um verdadeiro mosaico econômico, resultado das diferentes experiências exportadoras. Por outro lado, o baixo grau de mercantilização da produção voltada para o consumo interno e a inexistência ou deficiência do sistema de comunicações eram ao mesmo tempo conseqüência e impedimento para uma maior integração econômica e geográfica nacional.

No entanto, a partir da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, ocorreu um forte processo de concentração econômica em São Paulo, inicialmente da produção agrícola e posteriormente industrial. Articulado à concentração geográfica da produção, estabeleceu-se um movimento migratório do exterior e das regiões brasileiras de ocupação antiga, especialmente o Nordeste brasileiro e Minas Gerais, em direção a São Pau-

lo. Pelos efeitos intersetoriais e pela expansão do mercado de consumo com a introdução do trabalho assalariado, ampliaram-se as atividades urbanas em geral naquele estado.\*

Essa dinâmica econômica estabeleceu as bases de uma divisão inter-regional do trabalho no Brasil, sob a liderança de São Paulo. Os demais estados e/ou regiões brasileiras tinham suas economias fortemente influenciadas pelo comportamento da economia paulista. Em alguns casos eram impedidos de crescer de forma mais independente, pela concorrência dos produtos originários de São Paulo. Em outros casos, essas economias vincularam-se à economia paulista como fornecedoras de alimentos e matérias-primas. Em terceiro lugar, em alguns estados ou regiões, o crescimento econômico resultou da extensão geográfica da própria produção paulista.

\* Para uma análise dos determinantes econômicos sociais e políticos deste processo, ver, especialmente, MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*; DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*; SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*; CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Este último autor, além de analisar os determinantes do processo, enfatiza seus aspectos especificamente espaciais que deram origem à concentração econômica em São Paulo.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense. Diversas edições.

CASTRO, Antônio Barros de. *A herança regional no desenvolvimento brasileiro*. In: \_\_\_\_\_. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1975. v.2.

\* Professores do Departamento de Economia e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR - da UFMG.

\*\* Para uma visão da formação regional brasileira ao longo de sua história, veja entre outros.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional. Diversas edições.

Essas considerações poderiam ser exemplificadas com a experiências do Nordeste, de Minas Gerais e do Paraná, respectivamente.

Entre 1820 e 1960 São Paulo recebeu 5,4 milhões de imigrantes, sendo 53% do exterior e 47% de outras regiões do país. Em 1920, o Estado de São Paulo já concentrava 15% da população nacional, 29% do valor da produção agrícola e 31,5% do valor da produção industrial. Registra-se que os dados apurados pelo Censo Industrial de 1907 indicavam que a participação desse Estado no valor da produção industrial era ainda de 13,5%<sup>1</sup>. Em 1940, o Estado de São Paulo já participava com 17,4% da população nacional, 35% do valor da produção agrícola e 45,3% do valor da produção industrial, configurando uma situação de nítida concentração econômica com efeitos cumulativos: em 1960, São Paulo já respondia por 54,5% do valor da transformação industrial, participação que atinge nada menos do que 58% em 1970 (tabela 1).

São Paulo torna-se assim, inegavelmente, o centro dinâmico da economia brasileira, dotado de características fortemente concentradoras, cujas conseqüências mais graves são o aprofundamento dos desequilíbrios regionais no país. Com efeito, pode-se afirmar que, quase todas as regiões brasileiras, em maior ou menor grau, apresentam queda em sua participação relativa na transformação industrial, com destaque para o Rio de Janeiro e o Nordeste; o primeiro com redução de 23,9% em 1940 para 15,7% em 1970, e o último com redução de 10,2% em 1940 para 5,7% em 1970 (ver tabela 1). É, portanto, a partir dessa situação em que a concentração econômica em São Paulo atingiu níveis elevadíssimos que se deve analisar o movimento mais recente — verificado na década de setenta — de desconcentração parcial em favor da periferia.

Esse movimento, que, como será visto, não é apenas uma hipótese ou possibilidade mas um fato concreto, decorre da conjunção de uma série de fatores que se efetivaram na década de 70 e confluíram para uma certa modificação do padrão regional brasileiro. Neste artigo, procura-se analisar esse movimento de desconcentração parcial, desenvolvendo, em seqüência, os seguintes assuntos: em primeiro lugar, realizar-se-á uma análise prevalentemente teórica ou, se assim se desejar denominá-la, mais geral, que contemple os fatores que podem ter contribuído para a inversão da tendência concentradora. Em segundo, serão mostrados os dados que indicam tal tendência à desconcentração parcial. Em terceiro lugar, buscar-se-á entender o papel de atual crise econômica brasileira nesse processo, seja no sentido de atenuá-lo, seja de aprofundá-lo. Em quarto lugar, serão analisadas as características da nova divisão inter-regional do trabalho existente no Brasil, sobretudo com o intento de diferenciá-la de períodos anteriores que levaram à concentração em São Paulo. Em quinto lugar,

TABELA 1 — VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES, NO BRASIL — 1940-80

UNIDADE DA FEDERAÇÃO REGIÃO	1940 <sup>1</sup>	1950 <sup>1</sup>	1960	1970	1980
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0	x
Amazonas	0,2	0,2	0,4	0,3	x
Roraima	—	0,0	0,0	x	0,0
Pará	0,9	0,4	0,4	0,4	0,7
Amapá	—	0,0	0,2	x	0,0
Subtotal/Norte	1,1	0,6	1,0	1,0	2,5
Maranhão	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2
Piauí	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Ceará	0,6	0,8	0,6	0,7	0,2
Rio Grande do Norte	0,5	0,5	0,4	0,2	0,3
Paraíba	1,1	1,0	0,6	0,3	0,4
Pernambuco	4,6	4,0	2,6	2,2	2,0
Alagoas	1,0	0,8	0,5	0,4	0,4
Sergipe	0,6	0,4	0,2	0,1	0,2
Bahia	1,4	1,5	2,4	1,5	3,5
Subtotal/Nordeste	10,2	9,3	7,7	5,7	8,0
Minas Gerais	6,7	7,1	6,1	6,5	7,7
Rio de Janeiro <sup>2</sup>	23,9	21,1	17,3	15,7	10,6
Espirito Santo	0,4	0,7	0,3	0,5	0,9
Subtotal/Leste	31,0	28,9	23,7	22,7	19,2
São Paulo	43,5	46,6	54,5	58,1	53,4
Paraná	2,1	3,2	3,2	3,1	4,3
Santa Catarina	1,8	2,2	2,4	2,6	4,1
Rio Grande do Sul	9,8	8,6	6,9	6,3	7,3
Subtotal/Centro-Sul	57,2	60,6	67,0	70,1	69,1
Goiás	0,2	0,4	0,4	0,4	0,6
Mato Grosso do Sul <sup>3</sup>	—	—	—	—	0,2
Mato Grosso	0,3	0,2	0,3	x	0,1
Rondônia	—	0,0	0,0	0,0	0,1
Distrito Federal	—	—	—	x	0,2
Subtotal/Oeste	0,5	0,6	0,7	0	0,2
TOTAL Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE. Censos Industriais

<sup>1</sup> Para 1940 e 1950, como não estão disponíveis os dados de valor da transformação industrial, utilizaram-se os de valor da produção industrial

<sup>2</sup> Inclui o antigo Estado da Guanabara.

<sup>3</sup> Até 1970, dados somados aos do Mato Grosso.

x: dado omitido para evitar sua individualização

far-se-á uma breve reflexão sobre as dimensões sociais da mudança do padrão regional, procurando relacioná-los com medidas de política econômica de cunho nitidamente social. Finalmente, em sexto lugar serão analisadas sucintamente as conseqüências desta desconcentração parcial sobre a reordenação do poder político regional.

## A INVERSÃO DA TENDÊNCIA: as forças da desconcentração

Embora tivesse havido um processo concentrador das atividades econômicas e da população no Estado de São Paulo, a partir de certo momento as forças que levaram à concentração alternaram-se, apontando no sentido de um movimento inverso. A força do capitalismo brasileiro, a natureza da concorrência intercapitalista, visando à ocupação das fontes de recursos naturais, a criação de barreiras à entrada de concorrentes, a expansão do mercado, a grande disponibilidade de recursos naturais, a potencialidade do mercado brasileiro, a intenção política de ocupação dos espaços vazios, entre outros fatores, apontavam no sentido de um movimento do capital no espaço como um

dos caminhos que melhor potencializava a acumulação individual dos capitais e como conseqüência do processo global de acumulação.

Organizados numa seqüência lógica, tais fatores serão subdivididos em três blocos distintos, embora em vários aspectos complementares: em primeiro lugar, tem-se o papel específico dos recursos naturais na expansão geográfica do espaço econômico através da produção agropecuária e mineral; em segundo lugar, os efeitos deste fator sobre a localização industrial; em terceiro lugar, analisa-se a lógica da localização industrial e de outras possibilidades de desconcentração industrial que não à luz dos efeitos diretos e indiretos da incorporação de recursos naturais; finalmente, em último lugar, analisam-se os efeitos e o papel da política econômica para a desconcentração geográfica da produção, através dos investimentos na infra-estrutura, bem como dos investimentos diretos das empresas públicas.

## Recursos Naturais e Espaço

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a lógica da ampliação geográfica do espaço econômico sob o capitalismo tem por base fundamental a incorporação dos recursos naturais: são eles, em última ins-

tância, os que podem alterar ou mesmo solapar a dinâmica dos efeitos urbano-cumulativos que levam à concentração espacial. Porém, o processo de incorporação de recursos naturais envolve uma certa complexidade que extrapola o simples "refrão" de que a acumulação gera necessidade de recursos naturais, que passam a ser, então, gradativamente incorporados pelo capitalismo. Pelo contrário, a incorporação de recursos naturais passa por características mais complexas, subdivididas em pelo menos quatro:

- deve-se reconhecer que, embora a dinâmica de incorporação dependa do ritmo global de acumulação, pode-se ter tanto mudanças quantitativas quanto qualitativas na demanda por recursos naturais. Sob o aspecto quantitativo, pode-se ter uma elasticidade menor que um na demanda global, situação em que a mudança quantitativa desta mesma demanda — resultante do progresso técnico e da criação incessante de novos ramos e atividades e pelo ocaso de outros, que caracterizam a essência da dinâmica capitalista — implica que o valor dos novos produtos primários incorporados é inferior ao valor dos "velhos" produtos parcial ou totalmente substituídos no processo produtivo;
- uma outra limitação à expansão geográfica encontra-se nas possibilidades de intensificação do uso dos recursos naturais, seja pela intensificação do uso da própria fonte de "extração" — como é o caso da agricultura e a tendência ao aumento da produtividade física por área ocupada — seja pela intensificação do uso do produto em si;
- ao lado e por vezes contraposto ao processo de intensificação, tem-se o fato de que a incorporação extensiva de recursos naturais, ao exigir a ampliação da fronteira geográfica, enfrenta barreira dos custos de transporte que pode ser inviabilizada conjuntamente ou mesmo a longo prazo. Como já o notara Marx<sup>2</sup> e mais recentemente Harvey<sup>3</sup>, a ampliação da fronteira geográfica implica não apenas o aumento *per se* do custo de transporte, mas principalmente o tempo de circulação, com repercussão por vezes drástica e direta sobre a taxa global e média de lucro;
- igualmente ao lado e contraposto ao processo de intensificação, tem-se que a produtividade "natural" — no sentido ricardiano — na "fronteira" pode ser inferior ou imprópria (quando adiciona-se o custo de transporte) para permitir a incorporação efetiva ao processo produtivo.

Como uma soma orgânica desses quatro fatores, pode-se afirmar, portanto, que a incorporação geográfica dos recursos naturais tende a ser tanto maior quanto maior for o ritmo de acumulação e sua elasticidade-demanda e quanto menor ou menos expressiva for a tendência à intensificação do seu uso e também menor for o custo do transporte (em custo efetivo e

em tempo de circulação) e, por fim, quanto maior for a sua qualidade intrínseca, que permita uma grande produtividade "natural". A convergência favorável ou desfavorável desses quatro fatores determinará o ritmo e a direção do processo de expansão da fronteira geográfica, podendo por vezes reabilitar ou abandonar velhas áreas, incorporar novas ou mesmo estabilizar, durante um certo tempo, a distribuição espacial das atividades econômicas que tenham por eixo a produção primária. Nesse sentido, pode-se dizer que o princípio motor do movimento é o processo de acumulação condicionado ao aparecimento de sobrelucros reais ou potenciais no espaço que o orienta e reorienta na direção dos espaços econômicos mais rentáveis: justamente aqueles cuja intensificação ou incorporação extensiva permitem uma vantagem de custo (transporte incluído) sobre os demais.

Esse papel de condicionante efetivo ou virtual do movimento do capital no espaço confere aos recursos naturais, por outro lado, um papel qualitativamente distinto — teórica e historicamente — daquele representado pelas relações sociais e de produção na estruturação do espaço econômico capitalista. De um ponto de vista histórico, as relações sociais e de classe — especialmente no que se refere ao aparecimento e desenvolvimento da burguesia — representaram o fator decisivo para a própria gênese do modo de produção capitalista, garantindo, ao mesmo tempo, as condições de sua consolidação e evolução nas várias formações sociais em que o "espírito" burguês predominou. A partir da revolução industrial, porém, vale dizer, a partir do momento em que começa a se consolidar o modo de produção especificamente capitalista, estabelecem-se as bases para o desenvolvimento desigual e combinado dessas várias formações sociais: o capitalismo, neste caso, torna-se o modo de produção dominante, o que significa a sua capacidade real e virtual de submissão das formações sociais atrasadas, dependendo para isto apenas do aparecimento concreto de interesses burgueses localizados nas formações sociais capitalistas. Tais interesses — sintetizados pela possibilidade de sobrelucro real ou potencial — passam a ser o elemento ativo não apenas do processo global de acumulação como também de sua estruturação setorial e espacial, o que implica que as relações sociais e de produção nas formações atrasadas passam a ocupar um papel passivo no processo: quando a se dá lugar à penetração e desenvolvimento de relações capitalistas, estas constituem fundamentalmente o resultado de um movimento cujo elemento ativo é o capital ("forâneo") em busca do sobrelucro e cujo condicionante central é a possibilidade de produção com sobrelucro em determinado espaço geográfico, que pode ou não estar ocupado previamente por relações sociais atrasadas.\*

\* São Paulo é um exemplo da existência de um espaço vazio que passa a ser ocupado a partir de meados do século XIX fundamentalmente por forâneos, isto é, capitais provenientes

Na verdade, a história econômica e regional brasileira representa a soma complexa das várias hipóteses acima sugeridas. Assim foi em seus vários ciclos que, à exceção do café, caracterizaram-se como enclaves exportadores e base fundamental para a formação regional brasileira. O café porém, sobretudo em São Paulo, embora tenha tido o mesmo ponto de partida dos demais ciclos (isto é, um espaço vazio ocupado por capitais forâneos), apropriou-se da pujança das férteis terras paulistas e começou a gerar efeitos urbano-cumulativos que passaram a alterar a natureza do processo de acumulação: de vinculado à base de recursos naturais passou a ser prevalentemente condicionado pelos fatores urbano-cumulativos, estabelecendo as bases para a concentração econômica em São Paulo.\*\*

A partir dos anos 50, com a aceleração do processo de industrialização, aumentou em muito a necessidade de produtos primários agrícolas e minerais, o que lançou as bases da formação de um amplo mercado nacional de tais produtos, com núcleo em São Paulo. Assim, aos poucos, as várias economias regionais começaram a superar a situação de meros enclaves exportadores, para o que dois fatos deram uma contribuição decisiva: o primeiro consistiu na política de transportes — com clara opção pela "interiorização", como será visto mais adiante — e o segundo pela característica estruturalmente extensiva da expansão agrícola de São Paulo — de resto, uma característica estrutural da agricultura brasileira como um todo\*\*\* —, o que deu ensejo para a abertura sistemática de novas fronteiras agrícolas. Este movimento constituiu de fato o ponto de partida para a desconcentração regional relativa das atividades econômicas, verificada em período mais recente.

tes principalmente de Minas Gerais e Rio de Janeiro (com origem no ciclo do ouro) e do Nordeste, regiões economicamente ocupadas até então. É evidente, sob este aspecto, que o "bandeirantismo" (além um fenômeno nacional e não apenas paulista) representa muito mais um mito criado "a posteriori" para racionalizar ideologicamente a grande expansão econômica de São Paulo do que um fato historicamente relevante.

\*\* A consolidação dos efeitos urbano-cumulativos é bem analisada e descrita por CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, que chama atenção tanto para aspectos da infra-estrutura quanto da própria agricultura expressa pela relativa auto-suficiência paulista.

\*\*\* Embora seja assunto importante e complexo e que mereceria por si só mais ainda do que um simples ensaio, pode-se afirmar que a incapacidade (relativa e não absoluta) de intensificação da agricultura brasileira prende-se à sua incapacidade de produção endógena de tecnologia que, no caso do setor agrícola (dado o seu caráter natural-ambiental), faz-se absolutamente imprescindível.

## Recursos Naturais e Localização Industrial

A abertura econômica do espaço geográfico brasileiro pela produção primária mineral e agrícola implica considerar a possibilidade do *locus* de produção primária atrair direta ou indiretamente atividades industriais.

Do ponto de vista da atração direta, considere-se, para facilitar a exposição, que a fonte de matérias-primas é apenas um *locus* de produção que se contrapõe ao mercado (no caso brasileiro, tendo como núcleo São Paulo). Isso posto, situamo-nos dentro do modelo weberiano, cuja indagação central é a determinação da localização industrial, considerando-se unicamente o custo de transportes e a existência de um ou mais núcleos urbanos (mercado) e de um ou mais pontos de produção de matérias-primas.\* A resposta para esta questão, que vários autores ligados à "Ciência Regional" levaram equivocadamente para a programação linear, (permanecendo, portanto, teoricamente inconclusiva) encontra uma explicação simples e correta no próprio Alfred Weber, através de seu índice de matérias-primas, que considera o efeito sobre os custos de transportes do peso das ubiqüidades, por um lado, e da perda de peso no processamento industrial, por outro. Se o peso das ubiqüidades é muito grande (por exemplo, a água na produção de cerveja) e a perda de peso no processamento for comparativamente menor, o custo de transporte será menor se a indústria se localizar próxima aos mercados consumidores. Se, pelo contrário, o peso das ubiqüidades for irrelevante e a perda de peso importante, a indústria tenderá a se localizar próxima à fonte de matérias-primas.\*\*

Embora essa última característica seja gradativamente uma exceção em termos do moderno padrão industrial, tem-se que no caso brasileiro ele foi um fator importante de regionalização das atividades industriais, seja no caso da agroindústria (beneficiamento de cereais, laticínios, frigoríficos, açúcar e álcool), seja no caso da produção mineral (aço, alumínio, cimento etc.): tais indústrias constituem, na verdade, a base predominante do parque industrial existente na maioria dos estados brasileiros, à exceção do Rio de Janeiro e São Paulo. É o caso, por exemplo, de Minas Gerais (aço, cimento, agroindús-

tria), Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco (agroindústria), para ficar entre alguns dos principais estados brasileiros.

Do ponto de vista espacial, uma das conseqüências mais importantes da expansão regional das atividades primárias, ao que se adiciona as indústrias "weberianas" (isto é, que envolvem grande peso no processamento), é a grande expansão regional dos serviços, que, dada a sua natureza absolutamente intransportável, são regionalizados para reproduzir aquelas atividades: bancos, comércio atacadista, comércio varejista, serviços de consumo e outros. Assim, a partir da produção pecuária desdobram-se certas atividades industriais que, conjugadas, dão origem à produção de serviços, vale dizer, dão origem a uma acumulação especificamente urbana, que resulta na formação e crescimento de pequenos, médios e até mesmo em centros urbanos razoavelmente grandes, efeitos que contribuem para a ampliação considerável do peso relativo dos mercados regionais.

Tal ampliação, por sua vez, passa a constituir um fator decisivo para a atração indireta de outras indústrias que não as "weberianas" para a localização regional: trata-se até mesmo de uma inversão dos efeitos do índice de matérias-primas quando a indústria, dotada de relações interindustriais pobres, é tendencialmente atraída para a localização próxima do mercado final. Encontram-se, neste caso, não apenas pequenas indústrias (móveis, pequena metalurgia, etc), mas grandes indústrias (inclusive com poder oligopolístico sobre o mercado), particularmente aquelas em que o peso das ubiqüidades é elevado (cerveja, refrigerantes) ou em que a transportabilidade do produto final é difícil ou onerosa (produtos alimentícios, por exemplo). A entrada de tais indústrias no espaço regional acaba por fortalecer e reforçar a tendência desconcentradora, abrindo caminho para a formação, na periferia, de efeitos urbanos — cumulativos que podem servir de base para a reorientação locacional de outras atividades industriais que não as "weberianas", ou as ubíquas", como sugerido acima.

## O Padrão Locacional da Indústria e as Possibilidades de sua Alteração

De um modo geral, é a indústria pesada de bens duráveis e de capital a que maior propensão apresenta à concentração e aglomeração industrial. A razão para isso encontra-se na importância das relações interindustriais deste tipo de indústria, o que faz com que a aglomeração seja a forma mais eficaz de minimizar não apenas o custo global de transporte — que neste tipo de indústria não chega a ser uma variável relevante —, mas fundamentalmente o tempo de circulação das mer-

cadórias (principalmente as de uso intermediário), apresentando um efeito direto sobre o tempo de rotação do capital e, portanto, sobre a própria taxa de lucro. Nesse sentido, a aglomeração reduz tanto o tempo de transporte quanto o tempo de comercialização — dada a maior atomicidade e diversificação do mercado —, repercutindo ambos numa redução do tempo de circulação. A este efeito favorável soma-se o fator mão-de-obra, cujos vários níveis de qualificação exigem a formação de um grande mercado para agilizar o processo de compra e venda da força de trabalho que à sua ausência provocaria um aumento do estoque de trabalhadores ociosos dentro das empresas para dar vazão aos altos e baixos da atividade industrial. Tem-se, portanto, nos dois casos, uma tendência à concentração e aglomeração que, em princípio, deve superar quaisquer efeitos desaglomeradores.

Como efeito esta é a tendência predominante a nível internacional da qual o caso brasileiro é um exemplo eloqüente: embora detenha pouco mais de 50% do total do valor adicionado da indústria de transformação, São Paulo consegue alcançar perto de 70% para o conjunto dos bens duráveis e de capital (mecânica, material elétrico e de comunicações + material de transporte) em relação ao total do Brasil em 1977. Como conseqüência, o Quociente Locacional do Estado para este tipo de indústria chega a 1,24 contra 0,9 para o Rio de Janeiro, 0,8 para o Rio Grande do Sul, 0,7 para Santa Catarina, 0,6 para Minas Gerais e 0,4 para o Paraná.\*

A desconcentração relativa da produção industrial se dá, fundamentalmente, pelo deslocamento geográfico dos novos investimentos e não pela transferência física das unidades produtivas existentes, embora possam haver realocações paralelamente à formação e crescimento de uma nova rede de centros urbanos. Isto a partir de indústrias que produzam para o mercado nacional localizado tradicionalmente no "Centro" e que optam pela localização de novas unidades em alguma região periférica.\*\* Desconsiderando-se, ainda, a política econômica, pode-se analisar tal possibilidade teoricamente tanto em termos dos eventuais fatores de expulsão (do "Centro"), como dos fatores de atração (nas regiões periféricas), resultan-

\* O Quociente Locacional (QL) é determinado, primeiro, pela divisão do valor da transformação industrial do ramo *r* na região *i* (VTI<sub>i</sub>) pelo valor da transformação do ramo *r* do total do Brasil (VTI<sub>r</sub>) e, segundo, pelo total do valor da transformação industrial na região *i* (VTI<sub>i</sub>) pelo total do Brasil (VTI). Assim, o  $QL = \frac{VTI_r/VTI_i}{VTI_r/VTI}$  o que indica, quando alcançar um índice maior que um, uma especialização ou concentração da região *i* em determinado tipo de ramo industrial, ocorrendo o contrário quando menor que um.

\*\* Sobre a vinculação formal entre a localização industrial e o centro, ver, por exemplo, SMOLKA, M. & LODDER, C. Preliminares para a formulação de uma política nacional de localização da atividade econômica no Brasil. In: HADDAD, P. ed. *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. P. 171-90.

\* Uma boa síntese expositiva do modelo de Alfred Weber encontra-se em LEME, Ruy. *Contribuições à Teoria da localização industrial*. São Paulo, IPE/USP, 1982.

\*\* Formalizando o raciocínio, se ao denominar *M* o peso total das matérias-primas utilizadas na produção, *U* o peso das ubiqüidades, *P* a perda de peso no processamento e *I* o índice de matérias-primas, então tem-se:  $I = M \cdot U/M - P$ . Assim,  $U > P$  indica uma tendência à localização próxima do mercado. Por outro lado,  $U < P$  indica tendência à localização próxima da fonte de matérias-primas (para uma análise mais detalhada sobre o índice de matérias-primas ver LEME, p. 131/135).

do a perspectiva de realocação da conjugação desses dois grupos de fatores.

Do ponto de vista da tendência à expulsão, pode-se dizer que ela pertence à própria natureza do processo de crescimento dos grandes centros urbanos: quanto maior o crescimento maior o crescimento do seu entorno ou, alternativamente, maior o seu crescimento intensivo (vertical). Nos dois casos, tem-se o crescimento do custo de acessibilidade ao centro urbano expresso pelo binômio custo de transporte mais renda fundiária, que vem a constituir os fatores de expulsão das atividades industriais, quer por serem demasiadamente extensivos no uso do solo urbano, quer por apresentarem preço em ascensão, ou por estarem se afastando por demais do núcleo urbano, acarretando dificuldades crescentes de transporte para o pessoal empregado, ou ainda por encontrarem dificuldades de microlocalização, tendo em vista a pequena diversificação dos subnúcleos urbanos localizados no entorno do grande centro. Neste caso, a perspectiva de realocação em outra região torna-se uma possibilidade concreta que fica a depender dos fatores de atração regionais.

O requisito básico para que uma região possa constituir uma alternativa de realocação industrial é que detenha núcleos urbanos dotados de capacidade razoável de diversificação industrial e de serviços, possibilidade que é dada quanto mais dinâmica seja a sua "base primária de exportação" e sua capacidade multiplicadora, como já sugerido anteriormente. A partir daí, porém, desdobram-se duas possibilidades.

A primeira se refere à indústria com fraca relação interindustrial, além de não serem "ubíquas" ou weberianas", devendo produzir para o mercado nacional. Neste caso, a sua expulsão da grande aglomeração urbana pode fornecer-lhe padrão locacional errático, sujeito, em muitos casos, às vicissitudes da política econômica governamental — como se verifica em alguns segmentos de química pesada — ou, concomitantemente, sujeito também a critérios puramente geográficos de localização —, como ocorre no padrão locacional da indústria do fumo (Bahia, Belém e Rio Grande do Sul seriam alguns dos exemplos).

A segunda possibilidade diz respeito à indústria com relação interindustrial razoavelmente forte (embora não muito), o que limita as suas possibilidades de localização. Assim, exige-se dela uma certa proximidade geográfica da grande aglomeração urbano-industrial (São Paulo, neste caso), embora possam existir alternativas de realocação efetiva, como se verifica em alguns segmentos da indústria pesada e para alguns centros próximos (Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul ou mesmo o Rio de Janeiro seriam os exemplos).

Essas duas alternativas devem aumentar em muito as possibilidades de desconcentração regional de indústria, ao que se acrescenta uma determinada característica estrutural da indústria de bens de capi-

tal no Brasil, que pode acentuar tal perspectiva de realocação e desconcentração industrial.

## Política Governamental e Infra-estrutura Econômica

A análise anterior procurou evidenciar o potencial de desconcentração regional que, partindo da base de recursos naturais, pode ser desdobrada até mesmo para alguns segmentos da indústria de bens duráveis de consumo e de bens de capital. No entanto, um grande obstáculo impedia que esse movimento se concretizasse: a falta de infra-estrutura econômica, especialmente comunicações e transporte, que dificilmente poderia ser financiada por uma lógica privada de acumulação.\*

De fato, a falta de infra-estrutura, especialmente de transporte, vinha exercendo um impedimento para a expansão econômica brasileira e a unificação do mercado nacional. Nesse sentido, as deficiências de infra-estrutura começaram a ser superadas de forma mais decisiva na década de 50, quando o país empreendeu um grande esforço rodoviário e energético, sob a égide do Programa de Metas.

Do ponto de vista dos transportes, a opção governamental foi no sentido de expandir o sistema rodoviário, o que se conjugava com a implantação da indústria automobilística no Brasil. Simultaneamente, a decisão de transferir a capital da república do Rio de Janeiro para o planalto central foi uma decisão política, mas que tinha como força motivadora os interesses econômicos de ocupação produtiva da região central, Oeste e Norte do país. Ademais, a construção da nova capital e dos grandes eixos rodoviários estabeleceu as condições para o início da grande integração nacional.

Enquanto a rede ferroviária nacional era inclusive reduzida, pela desativação de vários ramais, e o transporte de cabotagem perdia importância, a rede rodoviária nacional, consideradas estradas federais e estaduais, foi ampliada de 76 195 km em 1955 para 204 979 km em 1980, sendo a rede pavimentada ampliada de 3 133 km para 80 780 km (tabela 2). A isso se soma o grande crescimento da rede de estradas municipais que atingiu 1 180 373 km em 1980, sendo neste ano de 5 906 km a rede pavimentada. Estima-se que a rede

\* A lógica privada de acumulação conseguiu bancar historicamente a infra-estrutura econômica apenas quando a qualidade das terras de fronteira a ocupar permitia a realização de ganhos consideráveis, como foi o caso da Construção Ferroviária na marcha do café em São Paulo ou mesmo do processo de Colonização do Norte do Paraná, sendo que em ambos o retorno do investimento foi garantido não pela operação a longo prazo das ferrovias, mas pelo ganho especulativo com a valorização fundiária. Atualmente, as mudanças técnicas e o alto volume de recursos requeridos para a cons-

pavimentada nacional atual já supere a casa dos 100 000 km.

Enquanto isso, a frota nacional de veículos de carga e passageiros subiu de 409 486 veículos em 1950 para 9 883 677 em 1980. Ressalte-se que o aumento da capacidade de transportes rodoviários cresceu não só com o crescimento da frota, mas principalmente com a ampliação da capacidade individual dos caminhões e ônibus e com o aumento da velocidade proporcionada pela melhoria das estradas.

Por outro lado, ampliou-se o sistema energético através da construção de grandes usinas hidrelétricas e de redes de transmissão interligadas, caminhando no sentido de superação de mais um importante obstáculo à desconcentração geográfica da produção. A capacidade instalada em usinas elétricas subiu de pouco mais de 1 milhão de kw em 1950 para 33 milhões de kw em 1980. As grandes usinas de Itaipu e Tucuruí, recentemente inauguradas, ao lado de várias outras usinas de médio porte, permitem elevar a capacidade de geração para aproximadamente 70 milhões de kw sem a necessidade de instalação de novas usinas.

O terceiro fator básico de infra-estrutura econômica seria equacionado pelo desenvolvimento do sistema de telecomunicações, não só pela ampliação da rede, como principalmente pelo avanço tecnológico resultante da implantação do sistema de microondas e do sistema de transmissão por satélite. Além do brutal crescimento do número de terminais, a eficiência do sistema evoluiu significativamente pela eficiência do novo padrão tecnológico. Esse fator viria também contribuir para o desenvolvimento do sistema de televisão, que cumpre papel fundamental na integração e unificação do mercado nacional, especialmente consideradas a natureza da concorrência e as formas de propaganda estabelecidas na atual etapa da expansão econômica mundial e brasileira.

Se do ponto de vista produtivo a economia ingressou em uma crise recessiva a partir do final da década de 50, a infra-estrutura continuou a ser implementada, o que viria a ser fator decisivo para a retomada do crescimento e para a desconcentração produtiva em etapas seguintes. De fato, a retomada do crescimento econômico a partir de 1967-68 se fez, na primeira fase, através da utilização da capacidade ociosa e de investimentos incrementais nas unidades produtivas existentes, até se atingir escalas técnicas e econômicas recomendadas. Esgotadas porém, estas alternativas de crescimento, sua manutenção impunha a necessidade de se definirem novos projetos de investimento, que adicionados à necessidade estrutural de busca de recursos naturais, adquirem um caráter desconcentrador. Nesse momento, que definimos como em torno de 1970, tornam-se presentes novas forças locais na eco-

trução da infra-estrutura, ao lado das mudanças de concepção do papel do Estado, afastam o setor privado destes investimentos.

nomia brasileira.\* Elas resultam da função do caráter desconcentrador da base de recursos naturais e seu efeito multiplicador sobre a localização industrial, com a própria política desconcentrada de investi-

\* Para a análise da fundamentação empírica e teórica desta mudança do padrão regional brasileiro veja:

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte, UFMG/PROEDE, 1981.

Notas sobre as mudanças no padrão regional brasileiro. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 13., Vitória, dez. 1985. Anais. Vitória, ANPEC, 1985

mentos governamentais na infra-estrutura econômica, que acabaram por viabilizar a tendência à desconcentração.

Por outro lado, além dos investimentos em infra-estrutura, o Estado, que já vinha fazendo grandes investimentos em atividades produtivas, através das empresas estatais, ampliou-os. As decisões governamentais de ampliação da produção da indústria básica e da mineração sintetizada nas metas do II PND implicou a decisão de um conjunto de novos projetos na área da química, metalurgia, fertilizantes e mineração. A localização destes foi feita em

função da disponibilidade de matérias-primas e, em muitos casos, em função de decisões políticas, como os pólos petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul. A verdade é que esses projetos localizaram-se em várias regiões do país, mas nenhum em São Paulo, contribuindo para a desconcentração relativa da indústria no Brasil.

Por fim, a avalanche de incentivos fiscais proporcionados pelos vários órgãos federais de desenvolvimento regional (SUDAM, SUDENE, SUFRAMA, etc.) e pelos vários estados acabou por oferecer importantes efeitos sobre a desconcentração industrial.

TABELA 2 - EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA FEDERAL E ESTADUAL, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES, NO BRASIL - 1955 - 1960 - 1970 - 1975 - 1980

(Em Km)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO REGIÃO	1955			1960			1970			1975			1980		
	Pavimentada	Não Pavimentada	Total	Pavimentada	Não Pavimentada	Total	Pavimentada	Não Pavimentada	Total	Pavimentada	Não Pavimentada	Total	Pavimentada	Não Pavimentada	Total
Acre	...	115	132	...	143	143	...	597	597	14	1 100	1 114	151	1 174	1 325
Amazonas	4	70	74	18	160	170	256	1 245	1 501	1 024	1 779	2 803	1 188	1 754	2 942
Roraima	...	...	...	...	80	80	...	502	502	...	1 088	1 088	26	2 225	2 251
Pará	54	874	928	262	1 502	1 764	1 316	7 514	8 830	1 923	6 028	7 951	2 122	8 152	10 274
Amapá	...	417	417	116	269	385	...	676	676	...	907	907	20	1 124	1 144
Subtotal/Norte	58	1 476	1 551	395	2 154	2 250	1 572	10 634	12 206	2 961	10 902	13 863	3 507	14 429	17 936
Maranhão	...	1 269	1 269	28	1 794	1 822	716	3 184	3 900	1 657	4 387	6 044	2 396	4 505	6 901
Piauí	15	1 461	1 476	118	1 996	2 114	291	3 493	3 784	2 124	2 682	4 806	2 858	2 784	5 642
Ceará	57	2 752	2 809	265	3 139	3 404	2 135	4 442	6 577	2 697	3 570	6 267	4 140	3 300	7 440
Rio Grande do Norte	60	811	891	130	1 503	1 633	621	2 636	3 257	817	3 558	4 375	1 454	3 273	4 727
Paraíba	39	1 587	1 625	264	2 365	2 629	694	3 310	4 004	1 164	4 585	5 739	1 550	3 464	5 004
Pernambuco	169	2 677	2 846	466	2 718	3 184	1 767	2 942	4 709	2 841	2 999	5 840	2 935	4 273	7 208
Alagoas	161	938	1 099	231	2 257	2 486	520	2 685	3 205	953	1 903	2 856	1 364	1 236	2 500
Sergipe	...	1 105	1 105	7	1 538	1 544	290	1 420	1 710	467	1 216	1 683	717	1 420	2 137
Bahia	114	7 169	7 283	282	6 507	6 789	3 516	8 033	11 549	3 942	7 780	11 722	5 700	10 050	15 750
Subtotal/Nordeste	615	19 789	20 404	1 791	23 816	25 607	10 550	32 145	42 695	16 652	32 680	49 332	23 114	34 295	57 409
Minas Gerais	179	11 354	11 533	1 986	15 516	17 529	7 760	17 514	25 274	9 097	10 169	19 266	11 216	11 383	22 599
Rio de Janeiro	797	3 813	3 583	1 820	4 717	6 474	3 688	3 797	7 485	3 418	3 407	6 825	3 496	2 724	6 220
Espírito Santo	75	3 070	3 145	186	3 563	3 749	953	4 257	5 210	1 399	3 292	4 711	1 525	2 716	4 241
Subtotal/Leste	1 015	18 237	19 288	3 992	23 796	27 788	12 401	25 568	37 969	13 914	16 866	30 782	16 237	16 823	33 060
São Paulo	1 015	8 064	9 079	4 402	8 269	12 671	14 631	6 278	20 909	11 332	4 074	15 406	14 342	2 970	17 312
Paraná	127	6 172	6 299	477	6 731	7 208	3 319	7 567	10 886	3 699	5 763	9 462	8 039	3 813	11 852
Santa Catarina	22	5 460	5 482	389	5 481	5 870	1 107	5 929	7 036	1 784	3 394	5 178	2 733	3 116	5 829
Rio Grande do Sul	241	8 087	8 328	823	9 682	10 505	2 827	10 563	13 390	5 593	6 375	11 968	6 049	6 174	12 133
Subtotal/Centro-Sul	1 405	27 783	29 188	6 091	30 163	36 254	21 884	30 337	52 221	22 408	19 606	42 014	31 163	15 963	47 126
Goiás	4	2 443	2 447	372	7 540	7 912	1 321	15 799	17 120	3 520	15 178	18 698	4 288	18 805	23 093
Mato Grosso	...	2 991	2 991	61	7 675	7 736	578	16 155	16 728	1 662	23 815	25 477	895	13 726	14 621
Nati Grosso do Sul	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	1 457	7 780	9 237
Rondônia	...	246	246	...	508	508	...	1 271	1 271	29	1 240	1 269	119	2 378	2 497
Subtotal/Oeste	4	5 760	5 764	433	15 723	16 156	1 898	33 225	35 124	5 211	40 234	45 444	6 759	42 689	49 448
Total Geral	3 133	73 045	76 178	12 703	95 652	108 355	48 306	131 909	180 215	61 146	120 279	181 435	80 780	124 199	204 979

FONTE: GEIPOP. Anuário Estatístico dos Transportes. 1970, 1971, 1977, 1981; DINIZ, Clélio Campolina. *Capitalismo, recursos naturais e espaço*. (Inédito)

DINIZ, Clélio Campolina. *Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço*. (Inédito).

... Informações não-disponíveis

## INDICADORES EMPÍRICOS DA MUDANÇA NO PADRÃO REGIONAL

A mudança do padrão regional brasileiro tem sido aqui observada como uma inversão da tendência histórica de concentração econômica no Estado de São Paulo, no sentido da perda relativa deste Estado na produção agrícola e industrial e na população. Vejamos então os principais traços da alteração na produção agrícola, industrial e populacional. Complementarmente, a própria produção mineral também se desloca da região tradicionalmente produtora, Minas Gerais, em direção ao Norte do país e ao Centro-Oeste.

Do ponto de vista da agricultura, a expansão produtiva se baseou fundamentalmente na expansão da área plantada

e não no aumento da produtividade por área (intensificação). Assim, se a expansão produtiva desde a década de 40 já se deslocava para os três estados do Sul, mais recentemente o esgotamento relativo de terras disponíveis nestes estados e o preço das terras, conjugado com o avanço do sistema de transportes na região Centro-Oeste, das mudanças tecnológicas com a possibilidade de incorporação produtiva dos cerrados e dos incentivos fiscais nas regiões Norte (SUDAM) e Nordeste (SUDENE), forneceram as condições para a expansão da área plantada nessas regiões. Os dados da tabela 3 indicam a evolução da participação dos estados e regiões no valor da produção agrícola. Conjugada essa evolução com a disponibilidade de terras aptas para atividades agropecuárias, conclui-se realmente que a expansão agrícola, via expansão de área, tende cada vez mais a se orientar para o Centro-Oeste e o oeste do Nordeste, vale dizer, Maranhão, Piauí e Bahia. Coerentemente

nesta região se inclui a vasta disponibilidade de cerrados. A agricultura do Sul tenderia a seguir o caminho da intensificação, especialmente pela mudança da estrutura produtiva em prol de culturas de maior valor de produção por área, como seriam os casos da cana-de-açúcar, da laranja e da hortifruticultura no Estado de São Paulo. Fato semelhante tenderia a ocorrer com a pecuária. Cada vez mais a pecuária extensiva se desloca para o Centro-Oeste do país, enquanto a pecuária da região Centro-Sul tenderia a seguir um padrão de intensificação, com a melhoria das pastagens e a suplementação alimentar através do confinamento ou semiconfinamento do rebanho.

O resultado desse deslocamento da fronteira pode ser observado na tabela 3, na qual se indica o valor da produção agropecuária por unidade da Federação de 1940 a 1980.

Deve-se notar, em primeiro lugar, que São Paulo — que vinha sendo desde o inf-

cio do século o grande produtor agrícola nacional — começa a apresentar declínio relativo a partir de 1940: de uma participação de cerca de 35% da produção brasileira neste ano, cai para 20,6% em 1980, apresentando uma queda relativa de 60%. Observe-se, porém, que grande parte desta redução verifica-se apenas numa década (a dos anos cinquenta), quando sua participação passa de 34% para 24%, tendência que se repete — embora em menor ritmo — nos anos sessenta. A região leste (MG, ES e RJ) igualmente apresenta grande queda relativa no mesmo período, passando de 21% em 1950 para 13,4% em 1970.

Não por coincidência, esse período representa uma mudança qualitativa e quantitativa no processo de industrialização brasileira, que passou não apenas a ter por eixo aglutinador a indústria pesada, como também a acelerar seu ritmo para uma taxa média de crescimento industrial acima de 10% ao ano. Nesta medida aumentou a demanda por produtos agrícolas para o mercado interno ao lado da política de transportes por soldar as bases de unificação do mercado nacional. Com isso, o avanço da fronteira agrícola foi significativo: A região Sul, (RS, SC e PR) que detinha em 1950 cerca de 21,3% da produção agropecuária, aumentou sua participação para 34,7% em 1970, cabendo ao Paraná, nos anos cinquenta, e ao Rio Grande do Sul, nos anos sessenta, a responsabilidade principal por este grande salto.<sup>2</sup> Da mesma forma, a região Centro-Oeste aumenta sua participação de 2,8% em 1950 para 5,9% em 1970.

Nos anos setenta, porém, arrefece-se a tendência de queda relativa da produção agrícola tanto de São Paulo quanto da região Leste (ver tabela 3) ao mesmo tempo em que o ritmo de crescimento dos demais estados é sensivelmente diminuído: é o caso da região Sul como um todo, inclusive o Paraná (ver nota 5), Goiás e Maranhão. O crescimento que se mantém situa-se na região Norte, Mato Grosso e Rondônia, sendo pouco expressivo tanto em termos absolutos como relativo (ver tabela 3).

A explicação para esses fatos se encontra tanto no avanço de culturas intensivas

TABELA 3 — VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES, NO BRASIL — 1940-80

UNIDADE DA FEDERAÇÃO REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1980
Acre	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1
Amazonas	0,1	0,1	0,3	0,9	0,8
Roraima	—	0,0	0,0	0,0	0,1
Pará	0,8	0,4	0,4	1,4	2,2
Amapá	—	0,0	0,4	0,1	0,0
Subtotal/Norte	1,1	0,6	1,2	2,7	3,2
Maranhão	0,5	0,6	1,2	2,1	2,1
Piauí	0,4	0,4	0,5	0,7	0,6
Ceará	2,2	3,7	2,8	1,9	1,8
Rio Grande do Norte	2,2	1,8	1,9	0,8	0,8
Paraíba	3,0	2,4	3,2	1,7	1,3
Pernambuco	4,7	4,1	4,2	4,2	3,6
Alagoas	1,7	1,3	1,8	2,1	2,4
Sergipe	0,8	0,6	0,8	0,8	0,5
Bahia	5,1	5,2	5,8	7,1	6,7
Subtotal/Nordeste	20,6	20,1	22,2	21,4	19,8
Minas Gerais	15,8	15,5	10,0	8,9	9,2
Rio de Janeiro <sup>1</sup>	5,9	3,1	2,9	2,6	1,5
Espírito Santo	1,9	2,5	4,3	1,9	2,1
Subtotal/Leste	23,6	21,1	17,2	13,4	12,8
São Paulo	35,0	34,1	24,0	21,9	20,6
Paraná	4,8	9,8	16,3	12,5	15,6
Santa Catarina	2,6	2,5	3,2	4,4	4,8
Rio Grande do Sul	9,4	9,0	10,8	17,8	15,5
Subtotal/Centro-Sul	51,8	55,4	54,3	56,6	56,5
Goiás	1,8	2,0	3,6	3,6	3,0
Mato Grosso do Sul <sup>2</sup>	—	—	—	—	2,2
Mato Grosso	1,1	0,8	1,5	2,1	1,5
Rondônia	—	0,0	0,0	0,2	0,4
Distrito Federal	—	—	—	—	—
Subtotal/Oeste	2,9	2,8	5,1	5,9	7,7
TOTAL Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE: Censos Agropecuários; DINIS, Clélio Campolina. *Capitalismo, recursos naturais e espaço* (inédito).

<sup>1</sup> Inclui os dados do antigo Estado da Guanabara.

<sup>2</sup> Até 1970, os dados estão somados aos do Estado do Mato Grosso.

em São Paulo (cana-de-açúcar e laranja) e na região leste (cana-de-açúcar e principalmente "retorno" café), quanto pela não menos significativa crise do padrão de crescimento extensivo da agricultura brasileira, fundamentalmente pela elevação dos preços dos combustíveis e, conseqüentemente, do transporte. Por outro lado, à medida que tal crescimento extensivo esgotou a ocupação das melhores terras das regiões relativamente próximas, passou a depender da ocupação da fronteira distante — Norte, Mato Grosso e Rondônia —, que apresenta o inconveniente do custo de transporte, além do desconhecimento tecnológico para a exploração econômica de um ecossistema pouco conhecido, como é o caso da região Norte. Isso implica custos crescentes, o que ajuda a explicar a alta secular dos preços dos principais produtos agropecuários do mercado interno, ao longo dos anos setenta e início da atual década.

A despeito da situação de crise, tudo indica porém que a desconcentração regional da produção agrícola é um fato concreto e consolidado, firmando as bases para a regionalização de segmentos da indústria e do próprio mercado intermediário e final. Por outro lado, ainda dentro do contexto da desconcentração regional através dos "recursos naturais" adiciona-se o quadro da produção mineral, que introduz algumas modificações na distribuição estabelecida pelo quadro agrícola.

Tradicionalmente, Minas Gerais sempre respondeu por grande parte da produ-

ção extrativa mineral no Brasil, liderança que atingiu seu ápice por volta de 1975, quando chegou a produzir mais de 50% do total da produção brasileira (tabela 4). À exceção de Minas, a produção restante ficava basicamente por conta de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (carvão), Rio Grande do Norte (sal), Bahia (vários minérios) e São Paulo que, dada a sua condição de centro industrial e principal mercado nacional, detinha uma produção razoavelmente significativa de produtos minerais semi-obíquos (calcário e argila, os principais). A partir de meados dos anos setenta, essa situação começa a se inverter com a incorporação de novas fronteiras minerais, cujos primeiros indicadores começam a aparecer já em 1980. A região Norte avança de 2,1% para 4,6%, com destaque para o Pará, e, especialmente a região Centro-Oeste, que avança de 4,7% para 8,2% entre 1975-80. Minas Gerais, por seu turno, começa a perder participação relativa (tabela 4).

Na verdade, os resultados das grandes descobertas no Norte, especialmente no Pará (grandes investimentos em minério de ferro, bauxita, caulim, etc.), em Goiás (fosfato e níquel), Sergipe (potássio) e Bahia (cobre e outros) indicam que grandes alterações no padrão regional da produção mineral ainda estão por vir, conforme indicam os dados de investimentos planejados para o setor para a década de 1980: Minas Gerais estaria recebendo apenas 8,6%, ao passo que somente o Pará receberia mais de 55% (tabela 5).

\* Observa-se que o Paraná já apresentava um avanço expressivo em termos relativos e absolutos desde os anos quarenta, quando avança de 4,8% em 1940 para 9,8% em 1950. Por outro lado, sua queda relativa nos anos sessenta (cai de 16% para 12,5% em 1970) explica-se basicamente pela queda de 1969, que reduziu drasticamente a safra de café de 1970 (quebra de 70%). Nesse sentido, uma correção dos dados indicaria no entorno de 1970 (por exemplo, uma média de 1969, 1970 e 1971) uma participação relativa superior a 18% para o Paraná, sendo que nos anos setenta se verificaria uma queda de sua participação relativa, refletindo o esgotamento quase que absoluto de sua fronteira agrícola e a saída e substituição parcial do café por atividades menos intensivas (soja, trigo e pecuária). Por outro lado, o avanço do Rio Grande do Sul nos anos sessenta se deve ao avanço do complexo soja-trigo na região das missões e ao norte, atingindo toda uma área populacionalmente ocupada, embora até então voltada para atividades de subsistência (suínos, milho, feijão e mandioca).

TABELA 4 — VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES, NO BRASIL — 1939 — 1949 — 1959 — 1970 — 1975 — 1980

UNIDADE DA FEDERAÇÃO REGIÃO	(Em %)					
	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	—	0,0	—	0,0	—	0,5
Roraima	—	0,4	—	—	—	—
Pará	0,0	0,1	0,0	0,1	0,2	2,3
Amapá	—	—	10,4	—	1,9	1,8
Subtotal/Norte	0,0	0,5	10,4	0,1	2,1	4,6
Maranhão	1,0	1,0	0,4	0,5	0,1	0,1
Piauí	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0
Ceará	1,3	1,3	0,6	1,0	0,3	0,3
Rio Grande do Norte	7,1	9,2	6,3	5,6	4,6	2,2
Paraíba	0,3	0,4	0,0	0,2	0,2	0,1
Pernambuco	1,4	0,3	0,5	0,7	0,4	0,3
Alagoas	0,3	0,2	0,0	0,3	0,2	0,1
Sergipe	0,4	0,8	0,6	0,1	0,2	0,0
Bahia	1,7	3,0	2,1	2,4	5,3	5,4
Subtotal/Nordeste	13,6	16,3	10,7	10,9	11,4	8,5
Minas Gerais	23,8	24,6	23,1	45,9	52,6	30,7
Rio de Janeiro	14,9	5,6	6,8	7,7	4,9	6,5
Espírito Santo	0,2	0,1	0,6	5,1	4,5	(1) 23,7
Subtotal/Leste	38,9	30,3	30,5	58,7	62,0	60,9
São Paulo	15,7	9,9	10,6	12,2	11,0	8,8
Paraná	1,0	3,8	1,5	2,2	1,3	1,2
Santa Catarina	4,8	19,6	25,3	9,4	5,6	5,9
Rio Grande do Sul	25,7	19,6	7,4	3,7	1,9	1,9
Subtotal/Centro-Sul	47,2	52,9	44,8	27,5	19,8	17,8
Goias	0,2	—	0,2	1,9	2,8	3,6
Mato Grosso do Sul	—	—	—	—	0,4	0,4
Mato Grosso	0,1	0,0	3,3	—	0,1	1,1
Rondônia	—	—	0,1	0,9	1,4	3,0
Distrito Federal	—	—	—	—	—	0,1
Subtotal/Oeste	0,3	0,0	3,6	2,8	4,7	8,2
TOTAL Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE. *Censos Industriais Brasil, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980*; DINIZ, Clélio Cam-polina. *Capitalismo, recursos naturais e espaço*. (inédito).

<sup>1</sup> Parcela significativa deste total refere-se à produção mineral originária do Estado de Minas Gerais e apenas exportada através do Estado do Espírito Santo.

TABELA 5 — INVESTIMENTOS PLANEJADOS PARA O SETOR PARA A DÉCADA DE 1980, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, NO BRASIL — 1983

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	US\$ 10 <sup>6</sup> de 1983	%
Acre	—	—
Amazonas	—	—
Roraima	—	—
Pará	6 079,382	55,1
Amapá	—	—
Subtotal	6 079,382	55,1
Maranhão	—	—
Piauí	0,588	0,0
Ceará	11,514	0,1
Rio Grande do Norte	57,635	0,5
Paraíba	1 094,621	10,0
Pernambuco	74,184	0,7
Alagoas	11,791	0,1
Sergipe	456,188	4,1
Bahia	732,013	6,6
Subtotal	2 438,424	22,1
Minas Gerais	949,214	8,6
Rio de Janeiro	0,575	0,0
Espírito Santo	—	—
Subtotal	949,789	8,6
São Paulo	4,450	0,0
Paraná	26,037	0,2
Santa Catarina	542,342	5,0
Rio Grande do Sul	276,346	2,5
Subtotal	849,175	7,7
Goias	693,848	6,3
Mato Grosso do Sul	—	—
Mato Grosso	17,117	0,2
Rondônia	2,582	0,0
Subtotal	713,547	6,5
TOTAL	11 030,317	100,0

FONTE: MINISTÉRIO DAS MINAS E ENER-GIA. DNPM investimentos: projetos de mineração e metalurgia, 1983  
... Informação não-disponível

Essa situação, que deverá reforçar a tendência à desconcentração econômica regional, poderá ser subutilizada no sentido de produzir efeitos multiplicadores da localização industrial: ao contrário de Minas Gerais, que, tendo em vista a sua localização favorável próxima ao Rio de Janeiro e São Paulo, conseguiu desenvolver relações intersetoriais razoavelmente fortes e dinâmicas (especialmente do complexo siderurgia-metalurgia-mecânica e material de transporte), centros mineradores recentes correm o risco de se tornarem meros enclaves exportadores, sem resultados favoráveis tanto do ponto de vista da localização industrial quanto do crescimento da própria renda regional. De qualquer forma, a produção mineral detém um grande potencial desconcentrador tal como conseguiu sê-lo no sentido de atenuar o processo de esvaziamento econômico de Minas Gerais, a partir da etapa definitiva de industrialização (de São Paulo) nos anos trinta.

É tendo como referência esse quadro regional de distribuição da produção primária agrícola e mineral que vai se estruturando a produção industrial, concentrando, no "Centro" (São Paulo), as atividades industriais sensíveis aos efeitos urbano-cumulativos e, na periferia, as indústrias "weberianas" "ubíquas" e de relações interindustriais fracas, ao que se acrescenta aquelas "expulsas" do "centro" e, ao mesmo tempo, atraídas por alternativas microlocacionais em regiões próximas. A tendência evidente, como nota Cano,<sup>4</sup> é

de se gestar um contexto de plena diversificação no "centro" e de especialização e fragmentação na periferia, embora as possibilidades desta última sejam inúmeras, comportando certo grau variável de difersificação e de proximidade (em relação ao "centro") que podem levar a uma maior ou menor capacidade de atração locacional.

A concentração industrial em São Paulo foi fato inequívoco e progressivo, atingindo seu auge em 1970 com cerca de 58% do valor da transformação industrial. Paralelamente e como contrapartida desse fenômeno tem-se que o Rio de Janeiro — até os anos trinta e quarenta a única região que poderia ser considerada concorrente do espaço econômico paulista — diminui sua participação de algo em torno de 24% em 1940 para 15,7% (ver tabela 1).

Outra queda significativa é a do Nordeste, que passa de 10,2% em 1940 para 5,7% em 1970, mostrando que, tanto neste caso quanto no do Rio de Janeiro, pode ter havido, de forma mais significativa do que em outras regiões, destruição do parque industrial instalado pela concorrência paulista.\*

Dois fatos, porém, chamam a atenção neste processo de progressiva concentração em São Paulo: o primeiro é a grande estabilidade da participação industrial de Minas Gerais que, em média, acompanha o crescimento paulista entre 1940-70, ao

\* Como sugere OLIVEIRA, F. *A economia de dependência imperfeita, com a concordância neste aspecto de CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930/70, UNICAMP, 1981.*

que se acrescenta o crescimento da participação de Santa Catarina e Paraná que, somados, avançam de 3,9% em 1940 para 5,7% em 1970. Pode-se, na verdade, afirmar que os três casos ilustram a possibilidade de crescimento dinâmico complementar e especializado, tendo como eixo locacional a base de recursos naturais\*. O segundo fato é a participação do Rio Grande do Sul, cuja queda relativa (inferior ao Rio de Janeiro e Nordeste) ilustra a sua situação intermediária que contém, de um lado, o efeito "destruição" pela concorrência paulista, e, de outro, o efeito especialização ditado pelo avanço de sua agricultura (ver tabela 1).

Pode-se, pois, concluir que é exatamente por volta de 1970, quando a indústria paulista atinge o ápice em sua capacidade concentradora, que a possibilidade de desconcentração industrial regional torna-se virtual: os efeitos de destruição, à exceção do Rio de Janeiro, já estavam praticamente concluídos e os de especialização ou de "fluência" — conforme a expressão de Hirschman<sup>3</sup> — já estavam consolidados, à espera dos efeitos de realocação e da ação da política governamental que, "um pouco às cegas", acabou chegando.

De fato, tendo como base toda sorte de subsídios (fiscais, cambiais, co-participa-

\* Observe-se que Santa Catarina constitui parcialmente uma exceção, tendo em vista as peculiaridades e capacidade de concorrência de seu parque têxtil, como já notara CASTRO, Antonio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira.*



pação do Estado, doações, etc.), o processo de desconcentração relativa foi rápido e significativo para o período de apenas uma década: a participação de São Paulo reduziu-se de 58% para 53,4% entre 1970 e 1980, "retrocedendo", de um certo modo, ao nível de concentração dos anos cinquenta (ver tabela 1). Em contrapartida, a região Sul avançou no mesmo período de 12% para 15,7%, o Nordeste de 5,7% para 8%, a região Norte de 0,7% para 2,5% e Minas Gerais de 6,5% para 7,7%. O Rio de Janeiro, por outro lado, além da debilidade do seu setor primário (agropecuário e mineral ainda representa uma economia parcialmente concorrente e pouco especializada ou pouco complementar a São Paulo, continuou seu processo de decadência, caindo de 15,7% para 10,6% no mesmo período. Os dados da desconcentração representam, portanto, uma nova etapa da divisão inter-regional do trabalho que, ao contrário de sua aparência, rompe com a diversificação (como indica a continuação da decadência do Rio de Janeiro), à exceção evidente do Centro (SP) e consolida, de vez, a especialização regional, indicando um processo que estava em andamento e foi paralisado pela crise econômica a partir de 1981.

## A CRISE A ATENUAÇÃO DO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO

A grande expansão brasileira no início da década de setenta conseguiu produzir um verdadeiro *boom* dos investimentos públicos e principalmente privados no período: estima-se que a formação bruta de capital fixo como proporção do PIB, que estivera abaixo de 18% em 1966-67, alcançou algo próximo de 27% no biênio 1973-74, tendência que começou a se inverter já em 1975 com os primeiros sintomas mais graves da crise que se avizinhava. Em 1976, recuperou-se parcialmente o nível de confiança e os investimentos voltaram a crescer, para cair novamente em 1977, mantendo a partir daí um ritmo lento mas inexorável de queda até 1981, quando apresentam uma nítida inflexão para baixo.

Pode-se, pois, afirmar que a crise, ao paralisar o processo de investimento, traz várias injunções para a dinâmica industrial. A primeira — clássica — é conjuntural e cíclica, à medida que a crise se segue a um período de grande efervescência dos investimentos: neste caso, o valor do capital fixo transferido para o produto industrial tende a ser muito superior ao capital fixo efetivamente repostado, uma vez que o "transferido" reflete os investimentos recentes — que passaram por grande crescimento —, enquanto o "repostado" reflete os investimentos e o estoque de capital fixo formado em passado um tanto mais re-

moto. Como consequência, tem-se uma virtual dificuldade cíclica de realização tal como sugerem Marx e a maioria dos modelos sobre ciclo econômico.

Além da problemática da realização, a paralisação dos investimentos interrompe — parcialmente — virtuais movimentos de mudança da estrutura setorial ou regional de indústria, o que faz com que sua cristalização no "velho" capital fixo atenua ou iniba eventuais movimentos de mudança setorial ou de desconcentração regional, como já sugerira Harvey.<sup>6</sup> Mais ainda, especialmente no caso da desconcentração regional, tem-se o fato de serem justamente os investimentos de realocização os que foram pegos de "sobrepé" pela crise. Em outras palavras, pelo fato de serem investimentos recentes e terem uma grande massa de capital fixo a realizar — cuja contrapartida é geralmente um elevado nível de endividamento — devem encontrar maior dificuldade diante de um quadro de crise, que traz inevitavelmente a contração dos mercados, ameaçando de fechamento ou quebra justamente aquelas empresas recém-localizadas.\*

Embora paralise ou atenua a velocidade do movimento de realocização, a crise certamente não o destruirá de forma que uma vez verídica poder-se-á dar-lhe continuidade em sua direção original, apenas que influenciado pela própria forma de superação da crise: como será visto a seguir, se saída houver para a atual crise os caminhos da desconcentração regional devem vislumbrar um meio de encontrá-la e atravessá-la de maneira tal que impeça não apenas um novo surto (e um nível mais elevado) de concentração espacial das atividades econômicas no Brasil, como principalmente encontre formas mais permanentes de inserção dinâmica da periferia na divisão inter-regional do trabalho.

## A NOVA DIVISÃO INTER-REGIONAL DO TRABALHO: integração intersetorial regional ou integração nacional com especialização regional?

De um certo modo, as bases da nova divisão inter-regional do trabalho no Brasil já foram dadas pela evolução do período 1940-80. Como já referido, sua característica central é a concentração das atividades industriais aglomerativas no "centro" e a dispersão, para a periferia, das atividades primárias e de seu efeito multiplicador sobre a localização industrial, obedecendo à seguinte seqüência: indústrias "weberianas", serviços, indústrias

\* Isto de fato ocorreu no Brasil no início dos anos oitenta, particularmente em Minas Gerais, com o fechamento de várias empresas recém-instaladas de bens de capital.

"ubíquas", e indústrias com menor tendência aglomerativa, sujeitas à realocização industrial. Consolidando-se tal tendência, a idéia da integração intersetorial e diversificação industrial regional perde o significado — à exceção evidente do "centro", São Paulo — dando lugar à idéia de especialização regional com integração nacional.

Na realidade, o conceito de integração industrial regional, como objetivo a ser buscado por uma política de regionalização, merece reparos tanto do ponto de vista da análise histórica quanto de uma perspectiva teórica.

Do ponto de vista histórico é fato conhecido e irrecorrível de que São Paulo industrializou-se primeiro e sozinho, constituindo, a partir daí, uma estrutura econômica integrada. Quando, a partir dos anos trinta, começa o processo de integração do mercado nacional, a indústria paulista detinha basicamente dois tipos de vantagens comparativas principais: maior escala e tamanho e vantagens urbano-cumulativas expressos, entre outros, pela própria diversificação do seu parque industrial, que conferia — pela tendência à redução do tempo de rotação do capital — evidentes vantagens para a localização das indústrias "aglomerativas" do complexo metal-mecânico. Isso estabelecido, tem-se de reconhecer que a lógica da concentração era inevitável, sendo que apenas um dos seus pressupostos — a escala é o tamanho — poderia ser reproduzido e transplantado em termos regionais. Assim, ou bem as várias regiões optam pela adoção de linhas especializadas de integração à divisão inter-regional do trabalho (que garantem inclusive uma consolidação de algumas vantagens de localização), ou bem se perderão em meio à maré concentradora, como tem ocorrido até agora, por exemplo, com o Rio de Janeiro.

Assim, dadas as escalas crescentes tanto industriais como dos efeitos urbano-cumulativos e a interação física do mercado nacional, torna-se gradativamente superada a idéia de integração dentro de um ponto (região) no espaço e cada vez mais necessário o desenvolvimento da idéia de integração entre os vários pontos (regiões) no espaço. O que se coloca, portanto, como questão política industrial, não é saber como diversificar e integrar a indústria de uma região, mas sim, diferentemente, estabelecer as bases mínimas para a especialização e inserção dinâmica na divisão inter-regional de trabalho que tenha, desde logo como referência prévia, a existência de um centro dominante.

## AS DIMENSÕES SOCIAIS DA MUDANÇA DO PADRÃO REGIONAL

O processo de desconcentração regional tem geralmente duas consequências

principais. A primeira, diretamente econômica, expressa-se nos ganhos da desconcentração especificamente urbana, dados pelo diferencial dos custos crescentes de urbanização das metrópoles e aqueles referentes aos centros urbanos das regiões periféricas em crescimento. Esse diferencial constituiria, ao lado da renda fundiária, um fator efetivo de expulsão e desaglomeração das atividades econômicas, não vindo a sê-lo, tendo em vista a tendência ao seu subsídio pelo poder público, especialmente no que se refere à infra-estrutura de transporte e saneamento básico (viadutos, metrô, serviço de água e esgoto). Assim, a desconcentração regional acaba contribuindo para a atenuação do ritmo crescente dos custos de urbanização.\*

Por outro lado, a segunda consequência do processo de desconcentração regional se refere aos ganhos sociais decorrentes, principalmente, da formação de "diques" regionais que ajudem a sustentar o nível de emprego. Com efeito, embora seja um indicador indireto (e em certos casos impróprios), a distribuição espacial da população é um bom indicador desse aspecto "social" da desconcentração regional: São Paulo sob este aspecto, que em 1980 detinha mais de 40% do conjunto das atividades produtivas no Brasil (soma do VTI mais o valor da produção da extrativa mineral mais o valor da produção agropecuária), participava com apenas 21% da população brasileira, participação que, de um certo modo, pouco evoluiu, já que era de 17,4% em 1940, a despeito do grande crescimento econômico do Estado no período (tabela 6). Nesse sentido, estados como o Paraná (aproximadamente 4,5% da produção agropecuária, mineral e industrial e 6,4% da população em 1980), Rio Grande do Sul (respectivamente, 5,3% e 6,5%) ou Santa Catarina (2,2% e 3%), cuja população tem um razoável nível de vida e, embora com renda per capita bastante inferior a São Paulo, ilustram bem o significado potencial da desconcentração econômica.

Em vista disso, para que a desconcentração se potencialize e produza efeitos significativos sobre o nível de emprego, é necessário que uma política de desenvolvimento regional ultrapasse o simples sistema de incentivos para a realocação industrial e efetive reformas sociais, sendo a reforma agrária de longe a principal: sua necessidade, nesse sentido, justifica-se muito mais do que por uma simples medida de efeito social, adquirindo também uma conotação de racionalidade econômica que garantiria, entre outras façanhas, o pleno aproveitamento sazonal do não-trabalho agrícola, a reciclagem tecnológica do setor agrícola e a ampliação do

mercado regional. Em outras palavras, a reforma agrária seria a forma precípua de **repotencializar** a base (agrícola) de recursos naturais das várias regiões brasileiras, reproduzindo, a partir de um nível mais elevado, os efeitos multiplicadores sobre a localização industrial, sobre a renda e o nível de concentração regional, e, enfim, sobre o conjunto da economia brasileira, que teria seu espaço de acumulação tanto do ponto de vista interno (crescimento do mercado interno) quanto externo (crescimento da capacidade de exportação, com o conseqüente aumento da capacidade para importar). Em suma, medidas de caráter eminentemente social, como a reforma agrária, trazem embutido um aspecto econômico com implicações dinâmicas nos planos regional e nacional, que somadas a uma nova política de produção de tecnologia, poderão repotencializar o processo de acumulação em termos regionais e nacionais.

## REORDENAÇÃO DO PODER POLÍTICO REGIONAL

A pura e simples desconcentração econômica em relação a São Paulo deverá estabelecer, por si só, uma reestruturação do poder político regional. É que centrados numa situação econômico-financeira

relativamente mais independente do Governo Federal, os grupos políticos regionais cristalizados nas administrações estaduais deverão fortalecer seu poder político e capacidade de barganha no plano nacional.

A isto se acrescenta a abertura política que se dá num contexto que formalmente já conferia um poder de representação não só superior à força econômica dos estados periféricos, mas até mesmo superior à sua importância populacional, como de fato ocorre para os pequenos estados brasileiros em sua representação na Câmara dos Deputados. Independente de outras questões, isso por si só já garante um aumento do poder político da periferia, implicando mais obras federais para a infra-estrutura, maior transferência de recursos a fundo perdido e maior volume de crédito das instituições oficiais. Mais ainda em virtude mesmo da abertura democrática, é de se esperar que independente do tipo de uso e do poder político regional que vá operar esse maior volume de recursos — o que inclui também as oligarquias ligadas ao antigo regime — haverá uma maior taxa de aproveitamento e retorno regional da aplicação, ao invés do não pouco costumeiro "passeio" especulativo dos tempos do regime autoritário.

Entretanto, do ponto de vista das necessidades sociais apontadas anteriormente, as mudanças políticas nos planos federal e estadual devem ser mais acentuadas de forma a que se consiga sustentar poli-

TABELA 6 - POPULAÇÃO TOTAL PRESENTE, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES, NO BRASIL - 1940 - 1950 - 1960 - 1980

UNIDADE DA FEDERAÇÃO REGIÃO	1940 <sup>1</sup>	1950 <sup>1</sup>	1960	1970	1980
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
Amazonas	1,1	1,0	1,0	1,0	1,2
Roraima	...	0,0	0,0	0,0	0,1
Pará	2,3	2,2	2,2	2,3	2,9
Amapá	...	0,1	0,1	0,1	0,1
Subtotal/Norte	3,6	3,5	3,5	3,0	4,6
Maranhão	3,0	3,1	3,5	3,2	3,4
Piauí	2,0	2,0	1,8	1,8	1,8
Ceará	5,1	5,2	4,7	4,7	4,4
Rio Grande do Norte	1,9	1,9	1,6	1,7	1,6
Paraíba	3,4	3,3	2,9	2,6	2,3
Pernambuco	6,5	6,5	5,8	5,5	5,6
Alagoas	2,3	2,1	1,8	1,7	1,7
Sergipe	1,3	1,2	1,1	1,0	1,0
Bahia	9,5	9,3	8,5	8,1	7,9
Subtotal/Nordeste	35,0	34,0	31,7	30,3	29,3
Minas Gerais	16,4	15,0	14,3	12,3	11,2
Rio de Janeiro <sup>2</sup>	8,8	9,0	9,4	9,7	9,5
Espírito Santo	1,9	1,8	1,7	1,7	1,7
Subtotal/Leste	27,1	25,8	25,4	23,7	22,4
São Paulo	17,4	17,6	18,3	19,1	21,0
Paraná	3,0	4,1	6,1	7,3	6,4
Santa Catarina	2,9	3,0	3,0	3,1	3,0
Rio Grande do Sul	8,0	8,0	7,7	7,2	6,5
Subtotal/Centro-Sul	31,3	32,7	35,1	36,7	36,9
Goiás	2,0	2,3	2,7	3,2	3,2
Mato Grosso do Sul <sup>3</sup>	—	—	—	—	1,2
Mato Grosso	1,0	1,0	1,3	1,7	1,0
Rondônia	...	0,1	0,1	0,1	0,4
Distrito Federal	—	—	0,2	0,6	1,0
Subtotal/Oeste	3,0	3,4	4,3	5,6	6,8
TOTAL Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE: Anuários Estatísticos do Brasil.

<sup>1</sup> População presente

<sup>2</sup> Inclui os dados do antigo Estado da Guanabara

<sup>3</sup> Até 1970, os dados estão somados aos Estado do Mato Grosso. ...

... Informação não-disponível

\* Sobre o problema de urbanização de Custos, ver ANDRADE, A. *Urbanização e custos: Notas para sua interpretação e recolocação da Questão*. 3. In: ANPEC, *Águas de São Pedro, 1982, que faz uma discussão teórica e um estudo de caso sobre Minas Gerais. Para uma análise do caso brasileiro, ver TALOSA, H. A macroeconomia da urbanização brasileira*. In: PPE, 1973.

ticamente as reformas pretendidas, como bem o demonstrou o episódio da reforma agrária: de algo razoavelmente significativo na proposta original de abril, o projeto da reforma agrária foi gradativamente "murchando" até se tornar algo pouco relevante. No episódio, a falta de sustentação política ficou evidente, mostrando o longo caminho a percorrer na busca das reformas sociais que, cada vez mais, tornam-se imprescindíveis para a economia e a sociedade brasileiras.

Por fim, espera-se que a abertura política permita que as reivindicações regionais, especialmente nas regiões com

maiores dramas sociais, ganhem legitimidade social e política e se traduzam em uma ação mais efetiva a favor dos grupos e das regiões mais despossuídas.

#### NOTAS DE REFERÊNCIA

<sup>1</sup> CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo, Campinas, 1975. 2v. Tese. Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. p. 283, 296, 308*

<sup>2</sup> MARX, Karl. *O tempo de circulação. In: \_\_\_\_\_. O capital. São Paulo, Abril Cultural, 1983. v.2 p. 89 - 93*

\_\_\_\_\_. *Os custos de circulação. p. 95-110*  
\_\_\_\_\_. *Tempo de rotação e números de rotações. p. 113-15*

\_\_\_\_\_. *Capital fixo e capital circulante. p. 117-33*

<sup>3</sup> HARVEY, D. *The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of the marxian theory. John Hopkins University, 1975. p. 11/13*

<sup>4</sup> CANO, Wilson. p. 251/256

<sup>5</sup> HIRSCHMAN. *Interregional and international transmission of economic growth. In: \_\_\_\_\_. The strategy of economic development. New Haven, 1958.*

<sup>6</sup> HARVEY, D. *The limits of capital. Chicago, University of Chicago Press, 1982. cap. 8, 12*

#### SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

OTTO BRACARENSE COSTA — *Secretário*  
ZEFERINO PERIN — *Diretor Geral*

#### COORDENADORIA DE ESTUDOS E PROJETOS

JOSÉ HENRIQUE DO CARMO — *Coordenador*

#### IPARDES - Fundação Edison Vieira

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS — *Diretor-Presidente*  
CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM — *Secretário Geral*  
MARIANO DE MATOS MACEDO — *Coordenador Técnico*

#### EQUIPE TÉCNICA

Alberto Bianconi — Antonio Cláudio Navarro — Ciro César Barbosa — Francisco Junqueira — Igor Constant Leão — Jorge Khalil Miski — Julio Cesar de Araujo Nogueira (*Coordenador*) — Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani — Nádia Z. Raggio

Antônia Schwinden (*editoração*), Maria Cristina Ferreira (*revisão*), Leticia C. Koniarski (*diagramação e arte*)

#### IPARDES - Fundação Edison Vieira

Rua Jaime Reis, 331 - Alto São Francisco - 80.510 - Curitiba Paraná  
Fone 252-3714 - Telex 415959 SECP PR  
Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.